

Direitos Humanos no Brasil 25 Anos

Episódio 15

Música

Daniela Stefano: Boa tarde, bom dia, boa noite, que bom que você está aqui! Eu sou Dani Stefano e apresento o podcast que celebra os 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Também comemoramos 25 anos da publicação do livro Direitos Humanos no Brasil. As pessoas que fazem parte desta história compartilham memórias e análises sobre diversos temas em relação à defesa de direitos e à construção de justiça social no Brasil.

Vinheta de abertura

Adriana Marcolino: Cada vez mais a população trabalhadora tem se apropriado de um valor menor da riqueza que é produzida no país. Então a gente precisa de medidas que redistribuam melhor a apropriação dessa riqueza. Então a redução da jornada é uma forma, a valorização dos salários é outra.

Música

Dani: Adriana Marcolino, diretora técnica do Dieese, é a entrevistada do episódio 15 do podcast Direitos Humanos no Brasil

Música

Dani: A socióloga Adriana Marcolino é diretora técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos, DIEESE. A partir de janeiro de 2026, trabalhadoras e trabalhadores que recebem até R\$ 5.000 por mês estão isentas do imposto de renda. Quem ganha até R\$ 7.350 terá descontos. E pra compensar a perda de arrecadação e tornar a tributação mais justa, aqueles que ganham mais de R\$ 50.000 por mês passarão a pagar uma taxa de até 10% de impostos. A mudança foi sancionada pelo presidente Lula em novembro de 2025. Adriana, quantas trabalhadoras e trabalhadores serão diretamente beneficiados e de que forma a medida contribui pro fortalecimento da economia e pra uma tributação mais justa?

Adriana: Essa medida de tributação, essa atualização da tabela do imposto de renda, ainda que parcial, vai beneficiar cerca de 15,6 milhões de trabalhadores no mercado formal, sendo que desses quinze, dez milhões é de isenção total e o restante aquela isenção parcial, uma redução na tributação que essa pessoa paga. Quem recebe em torno de R\$ 5.000, vai ter uma, um aumento da sua renda disponível, que em um ano vai significar praticamente mais um salário. E no mercado informal, apesar de muita gente que tá na informalidade, também não arrecadar o imposto de renda, eles agora podem fazer a sua declaração anual de reajuste, mesmo sendo isentos, e ter um documento oficial que comprove sua renda. Isso é muito importante pra esses trabalhadores e trabalhadoras na informalidade, porque isso facilita o acesso a crédito, a políticas habitacionais, a políticas públicas.

música

Adriana: É um primeiro passo. É importante que a gente, num segundo momento, olhe pro conjunto da tabela do imposto de renda, mantendo uma atualização anual dessa tabela, repondo a perda inflacionária dessa tabela anualmente, pra que esses trabalhadores se mantenham isentos e pra que também outros segmentos, que tão ali num estrato intermediário de renda, possa também ser beneficiado. E um outro elemento que a gente precisa continuar: as reformas relacionadas à tributação da renda no Brasil. Patrimônio que é sub tributado no

Brasil, a gente também precisa melhorar a progressividade. Então uma pessoa que tem uma casa ali, é, básica, ela deve, ter um tipo de tributação e muitas vezes ser isento. Enquanto aqueles que têm várias propriedades, eles precisam, além de pagar, pagar de forma progressiva.

música

Dani: Como resposta à pressão da sociedade, a câmara dos deputados aprovou em maio de 2026 a proposta de emenda constitucional pelo fim da escala seis por um, ou seja, seis dias de trabalho e um dia de folga. A proposta segue para análise dos senadores e tem como objetivo reduzir a jornada de trabalho sem a redução do salário.

Adriana: Eu queria primeiro destacar o que aconteceu com a jornada de trabalho partir de 2015, 2016 no Brasil. A gente tinha uma legislação que estabelecia critérios mínimos de segurança pros trabalhadores e trabalhadoras em relação à jornada de trabalho. Vários desses dispositivos regulatórios foram retirados ou distorcidos. Inclusive, a reforma trabalhista definiu a negociação individual da jornada entre o trabalhador e a trabalhadora e o seu empregador. No Brasil e no mundo, o que a gente viu nesse último período, é que aumentou muito as jornadas fora do chamado horário comercial, então à noite, finais de semana. E também a gente tem um outro fenômeno que é uma concentração de trabalhadores e trabalhadoras em polos da jornada de trabalho. Então, de um lado, eu tenho trabalhadores com altas jornadas acima do limite máximo permitido, que no Brasil é de quarenta e quatro horas, e eu tenho um grupo de trabalhadores e trabalhadoras com jornadas insuficientes, que a gente chama de subocupado. Então, nesse grupo a gente tem especialmente mulheres que acabam realizando jornadas parciais, por exemplo, as trabalhadoras domésticas, diaristas e têm um salário reduzido, em relação à quantidade de horas que elas conseguem trabalhar ao longo de uma semana. E aí também aumentou muito esses subocupados por insuficiência de horas, por exemplo, entregadores de aplicativo. Particularmente aqueles que fazem entregas de alimentos prontos para o consumo, essa demanda ela tá muito localizada no horário do almoço, no horário do jantar, aos finais de semana. Então eles não conseguem completar uma jornada. Então com isso eles também não conseguem completar o salário.

Música

Adriana: Historicamente, as lutas em relação à jornada de trabalho, em alguns momentos, ela focou mais na redução do tempo de trabalho. Outras vezes, ela focou mais na distribuição do tempo de trabalho. E em alguns momentos, ela focou na redução do ritmo de trabalho, o fim da escala seis por um, revela então, que ainda que a gente tenha um limite de jornada, a distribuição desse tempo ficou muito ruim, muito prejudicial aos trabalhadores, que impede inclusive impede que o trabalhador e a trabalhadora dê conta de outras dimensões da vida social. Por isso esse combo: fim da escala seis por um, redução da jornada máxima de trabalho sem redução do salário, ele é muito importante.

Dani: Pra além da melhora da qualidade de vida, que avanços que a redução da jornada de trabalho pode gerar pra sociedade, Adriana?

Adriana: Primeiro elemento é o aumento do emprego. Então quando eu reduzo de quarenta e quatro para quarenta, essa sobra de quatro horas pra cada trabalhador, vai ter que ser reorganizada. Então as empresas vão reorganizar sua produção, podem investir em novos maquinários, tecnologias, isso ajuda a aumentar a produtividade, e vão contratar novos trabalhadores. Um segundo elemento é que a gente reequilibra a distribuição da renda do trabalho no Brasil. Porque quando eu reduzo a jornada, a minha hora de trabalho fica mais

cara. Por exemplo, se eu pego o salário mínimo e divido por quarenta e quatro horas semanais, eu vou ter um valor. Se eu divido esse mesmo salário mínimo por quarenta horas, eu vou ter um valor um pouco maior. Um outro elemento é o da produtividade, seja por conta dos investimentos que as empresas podem fazer nesse momento de reorganização da sua produção, dos seus serviços, enfim, seja porque os trabalhadores são mais descansados, com menos problemas de saúde, você tem um ganho de produtividade. Com trabalhadores com menor absenteísmo e problemas de saúde, também traz ganho financeiro pras empresas e pro sistema de saúde.

Música

Adriana: É um quarto elemento que eu gostaria de destacar é os benefícios pras mulheres. A gente tem hoje no mercado de trabalho uma taxa de participação das mulheres menor do que a dos homens. E um grupo grande de mulheres tá fora do mercado de trabalho porque elas, muitas vezes ou não têm acesso a serviços de cuidado e precisam cuidar das crianças ou porque têm dificuldade de achar uma oportunidade ali que se adeque à compatibilização, das dimensões das atividades dentro de casa e dos trabalhos remunerados. Quando eu reduzo a jornada, eu posso facilitar o compartilhamento de tarefas entre homens e mulheres, e aí facilitar a entrada das mulheres no mercado de trabalho. As mulheres também, no mercado de trabalho, elas têm uma participação muito grande na jornada de tempo parcial. Então quando eu reduzo a jornada, eu aproximo a jornada parcial da jornada máxima. Então, as mulheres que trabalham jornadas de trinta horas semanais, quando eu divido um salário mínimo por quarenta e quatro horas, eu tenho um valor, quando eu divido por quarenta, eu tenho outro. Então também na jornada de trinta horas, essa hora vai ser maior, então também amplia a autonomia financeira das mulheres.

música

Dani: Você está ouvindo Direitos Humanos no Brasil, um podcast em comemoração aos 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A edição de 2025 do livro Direitos Humanos no Brasil já está disponível e pode ser lida e baixada em www.social.org.br

música

Dani: O DIEESE publicou recentemente um estudo sobre a importância da regulamentação da inteligência artificial pra transformar essa ferramenta em algo seguro e confiável. Você pode comentar?

Adriana: A inteligência artificial e, na verdade, qualquer tecnologia pode contribuir em diversas dimensões, da vida e, no caso do mercado de trabalho, facilitar ali, reduzir carga de trabalho, uma ferramenta importante pra sociedade. Eu acho que o problema é quando uma tecnologia é apropriada por um único segmento da sociedade, que tem lucros exorbitantes utilizando essa tecnologia, utiliza essa tecnologia pra superexplorar a classe trabalhadora.

música

Adriana: Regular o uso da IA, eu acho que é relevante pra garantir, primeiro, postos de trabalho de qualidade, mas também direitos humanos. Pelo grau de interferência que ela pode ter na nossa vida, ela precisa de uma regulamentação pra garantir um conjunto de direitos. No caso do Brasil, eu acho que tem dois elementos que são importantes. Um primeiro, que é como o Estado brasileiro vai se apropriar dessa tecnologia. O governo brasileiro fez uma política de inteligência artificial. A ideia é que essa política desenvolva a inteligência artificial aqui no Brasil, de modo que o Brasil tenha uma soberania no desenvolvimento dessa tecnologia. Essa

política precisa ter recurso suficiente pra esse desenvolvimento. Precisa que espaços públicos como universidades, centros de pesquisas, tenham a capacidade e o recurso necessário pra desenvolver. Quando eu sou desenvolvedor, eu crio uma cadeia que tem uma série de elementos positivos, tanto pra economia, mas também pro mercado de trabalho. E que essas tecnologias sejam desenvolvidas a partir das necessidades da sociedade brasileira. E o outro elemento, então, é a própria regulamentação. Nós temos defendido que ela seja centrada no humano, tanto na garantia de direitos como em relação ao trabalho. E em relação ao trabalho, ela tem que ser uma ferramenta complementar às atividades laborais.

música

Dani: Como o DIEESE avalia o impacto das desigualdades de gênero, raça e classe no mundo do trabalho?

Adriana: Eu olho agora pras estatísticas do mercado de trabalho, elas têm melhorado muito nos últimos anos. Então a gente vê uma queda da taxa de desemprego, uma queda da taxa de subocupação, uma melhoria dos salários. Então a gente vê uma melhoria em todos os indicadores e também pra esses grupos. Então pras mulheres, pros negros, pras populações do Norte e Nordeste, a gente vê uma melhoria pra todo mundo. Mas o que acontece? Mesmo melhorando pra todo mundo, eles continuam numa situação pior do que a média nacional. Então enquanto a taxa de desemprego médio tá em menos de seis por cento, a de mulheres está em sete, a de mulheres negras tá em oito. Então continua essa desigualdade estrutural. No caso da população negra, a gente tem uma questão histórica que é a passagem do trabalho escravo pro trabalho assalariado sem nenhum tipo de política pública pra população negra, de moradia, de saúde, educação, de acesso ao mercado de trabalho. Então a população negra, entrou no mercado de trabalho assalariado a partir das condições mais precárias no mercado de trabalho. E a gente nunca teve uma política de fato pra superar essa entrada desigual da população negra no mercado de trabalho. O mercado de trabalho brasileiro continua ainda muito segregado no que diz respeito à raça e sexo. Então a gente ainda precisa construir políticas ativas de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

música

Adriana: A gente também tem uma polarização salarial no Brasil. Tem um núcleo grande de trabalhadores que tá próximo de um, dois salários mínimos e outro lado, a gente tem um grupo de trabalhadores com altos salários. Então tem um esvaziamento, das faixas intermediárias de salário no Brasil, o que amplia a desigualdade. A gente tem tido um aumento da pobreza ou da pobreza extrema, mesmo entre pessoas que estão trabalhando: aquela renda, se você distribuir pro conjunto das pessoas daquela família, ela fica abaixo da linha da pobreza. É fundamental políticas, por exemplo, de valorização do salário mínimo, de modo a tentar reduzir as desigualdades de renda do trabalho,

Música

Dani: Quais são as principais políticas necessárias no Brasil pra superação das desigualdades sociais?

Adriana: Do ponto de vista econômico de um lado é a apropriação da riqueza no Brasil e do outro a tributação. Cada vez mais a população trabalhadora tem se apropriado de um valor menor da riqueza que é produzida no país. Então a gente precisa de medidas que redistribuam melhor a apropriação dessa riqueza. Então a redução da jornada é uma forma, a valorização dos salários é outra.

Música

Adriana: De outro lado, tem também a tributação. Então a tributação, que era pra também reduzir essa desigualdade na apropriação da riqueza produzida no Brasil, ela aprofunda. Então se a gente não tiver também uma tributação adequada, a gente piora essa renda disponível pras classes de menor renda, e eu pioro o acesso dela às políticas públicas. Então, tem que ter um processo da apropriação da renda produzida no Brasil pelos trabalhadores e trabalhadoras de menor renda. E eles também têm que ter acesso à saúde universal, educação universal, uma moradia de qualidade pra não precisar gastar com aluguel, um transporte bom, com tarifas reduzidas ou gratuita, de modo em que e uma determinada renda é complementada por esses serviços.

Música

Adriana: As políticas de transferência de renda são muito relevantes. Tem um conjunto muito grande de estudos demonstrando como o programa Bolsa Família mudou o país de modo significativo, eliminando a extrema pobreza. A política de transferência de renda, deveria ser uma política transitória, de modo permanente pras pessoas que ficam nessa situação eventualmente, mas ela não incide sobre o problema da distribuição de renda efetivamente, da renda do trabalho em especial. Por isso que essa questão da distribuição da renda do trabalho e da tributação e a garantia de políticas sociais universais é fundamental. Porque, de fato, incidem sobre o problema da distribuição de renda e das desigualdades sociais e econômicas.

música

Dani: Neste décimo quinto episódio de Direitos Humanos no Brasil, Adriana Marcolino, diretora técnica do DIEESE falou sobre as recentes transformações no mercado de trabalho e a importância da redução da jornada de trabalho e valorização salarial para a diminuição da desigualdade no Brasil.

Música

Dani: O podcast Direitos Humanos no Brasil é apresentado e produzido por Daniela Stefano. Música e mixagem de áudio: Luiz Mendonça | Narração da abertura e encerramento: Sergio Marone (Movimento Humanos por Direitos) | Arte: Fábio Carvalho | Mídias sociais: Ana Rosa Carrara | Coordenação: Maria Luisa Mendonça | Um abraço solidário e até o próximo episódio.

Vinheta de encerramento